UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

MAGDYELL ALVES CABRAL

**O BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) DOS PORTADORES DAS
NECESSIDADES ESPECIAIS E O SEU INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO JUNTO À
PREVIDÊNCIA SOCIAL.**

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2021

MAGDYELL ALVES CABRAL

**O BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) DOS PORTADORES DAS
NECESSIDADES ESPECIAIS E O SEU INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO JUNTO À
PREVIDÊNCIA SOCIAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso – *Artigo Científico*,
apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em
Direito do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio,
em cumprimento às exigências para a obtenção do grau
de Bacharel.

Orientador: Rawlyson Maciel Mendes Professor do
Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/UNILEÃO,
Especialista em Direito do Trabalho e Direito
Previdenciário.

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2021

MAGDYELL ALVES CABRAL

**O BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) DOS PORTADORES DAS
NECESSIDADES ESPECIAIS E O SEU INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO JUNTO À
PREVIDÊNCIA SOCIAL.**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do
Trabalho de Conclusão de Curso de Magdyell Alves Cabral

Data da Apresentação 08/12/2021

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Esp. Rawlyson Maciel Mendes

Membro: Prof. Esp. Karine de Norões Mota

Membro: Prof. Me. Clauver Rennê Luciano Barreto

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2021

O BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) DOS PORTADORES DAS NECESSIDADES ESPECIAIS E O SEU INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO JUNTO À PREVIDÊNCIA SOCIAL.

Magdyell Alves Cabral¹
Rawlyson Maciel Mendes²

RESUMO

O objetivo do referido artigo é apresentar com riqueza de detalhes a importância e a dificuldade de se conseguir o benefício estudado, estudo esse feito através de pesquisa documental, trazendo todo o contexto histórico até as decisões dos tribunais, criando jurisprudências favoráveis, analisando de forma subjetiva o quão delicada é a sociedade na qual estamos inseridos no Brasil, buscando, através dos estudos da Lei Orgânica da Assistência Social, os Princípios gerais e, através destes estudos, buscar analisar os requisitos necessários para se enquadrar no benefício supra, tendo em vista que o mesmo não poderá fazer jus a outro benefício. Desse modo, uma vez que não pôde contribuir junto a previdência de forma a conseguir uma futura aposentadoria, além de tratar com o referido benefício a enfermidade que veio a fazer jus ao benefício supramencionado.

Palavras Chave: Benefício. Indeferimento. Análise. Loas.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present, in great detail, the importance and difficulty of achieving the benefit studied, bringing the entire historical context, considering how delicate is the society in which we are inserted in Brazil, seeking through the studies of the Law Organic of Social Assistance, the General Principles and, through these studies, seek to analyze the necessary requirements to qualify for the above benefit, bearing in mind that it will not be entitled to another benefit as it could not contribute to the social security in order to obtain a future retirement in addition to treating the illness that came to be entitled to the aforementioned benefit with the referred benefit.

Keywords: Benefit. Rejection. Analysis. Loas

¹ Aluno Graduando do curso de Direito do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/UNILEÃO.

² Professor do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/UNILEÃO, Especialista em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário.

1 INTRODUÇÃO

O artigo abordado traz como foco um tema bastante importante para a sociedade, tema este que não tem a devida atenção necessária, já que se trata de uma teórica opção a aposentaria para pessoas que não possuem aptidão ao trabalho e, conseqüentemente, não terem contribuições necessárias para o futuro benefício, além de que o fato gerador será necessário a fim de vir a ter direito a o benefício.

Seguindo a linha de raciocínio de que o benefício é de suma importância para a sociedade e, além disso, de que diversas pessoas da sociedade não têm como prover o sustento próprio, vindo a ter essa assistência com o benefício adquirido por essas pessoas de baixa renda e com enfermidades, requisitos esses que são de suma importância para que venha a possuir o direito.

O artigo apresentado passa por toda a base histórica do referido benefício, demonstrando toda a sua estrutura inicial o qual veio a se transformar e chegando até os dias atuais, demonstrando toda a sua importância.

Os critérios objetivos abordados para o referido artigo foram a apresentação dos motivos claros e objetivos para os constantes indeferimentos, onde se observando toda a análise de forma a definir se o requerente vai possuir direito ou não, de modo que a análise não deva vir a ser de forma alguma subjetiva, ficando claro uma das falhas dos constantes indeferimentos administrativos os quais serão abordados ao longo do assunto tratado.

Ademais, analisado as enumeras opções para os constantes indeferimentos administrativos para pessoas com necessidades especiais, tendo em vista que o deferimento por vias administrativas é longo e dificultoso, vindo muitas vezes a ter que ser algo que choque a sociedade para que o deferimento venha a ser possível, onde cabe ao INSS- Instituto Nacional do Segurado Social - Autarquia está responsável pela previdência – analisar os detalhes referentes a esse fator.

Com isso, o foco apresentado no artigo tende a analisar os princípios do LOAS, compreender toda a estrutura desta Lei como toda a sua base histórica e quanto a sua necessidade para a sociedade, principalmente para aquele indivíduo que possui necessidades especiais, tendo em vista sua incapacidade de entrar na vida profissional.

Desta forma, através de toda análise, foi chegado à conclusão da importância deste benefício, porém as falhas existem e que devem vir a serem corrigidas através de diversas

análises, estas feita pelo que se segue ao decorrer do assunto abordado, trazendo todas as dificuldades desde a sua base histórica até os dias atuais e sua implantação com foco cada vez mais em da um respaldo a uma sociedade fragilizada pelo nossa estrutura social onde cada vez mais a renda se concentra nas mãos da minoria o que vem dificultando o desenvolvimento e maneiras de lidar com os enfermos que não possui capacidade de se enquadrar ou se reinserir no mercado de trabalho.

Analisado através de pesquisas e análises de diversos materiais, a própria justiça com decisões judiciais vem mudando esse quadro de indeferimento com interpretações mais satisfatória quanto a que deve ser considerado justo.

Portanto, na linha do que foi mencionado supra, essa análise foi feita sempre em busca de trazer cada informação com os possíveis problemas em conjunto com os referidos problemas as possíveis soluções.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BASE HISTÓRICA

O benefício de prestação continuada foi uma vitória para uma sociedade que veio a ser construída na base do sofrimento, citando como exemplo os sertanejos nordestinos onde, durante anos, sofreram com a seca, vindo a se tornar um marco político, pois as questões assistências por muitos anos foram negligenciados como politica publicas, imaginando-se que não caberia ao estado dar este suporte assistencial.

Com a constituição federal de 1988, as políticas publica vieram a ter uma atenção especial, pois foi a partir dai que a assistência social veio a atingir um nível constitucional de modo a ser resguardado pela nossa lei maior. (BRASIL, 1988).

Antes da Constituição de 88, a assistência social era tratada como desnecessária tendo em vista que a sociedade sempre esteve nas mãos das classes dominantes do país, onde o interesse de poucos se sobressaia ao de muitos. Com isso, as políticas sociais aplicadas pelo governo vieram a se tornar dicotomizadas, pois, na pratica, eram um espaço de reprodução da exclusão e principalmente dos privilégios e não como uma forma de inclusão social.

Deste modo, com o marco da política de assistência social, o tripé social estava formado, pois a assistência social se juntava a politica de saúde e a previdenciária, pois com a união dos três começou a ser permitido uma redefinição do perfil histórico da politicas sociais

como dever do estado e, principalmente, como um direito líquido e certo do cidadão. (BOSCHETTI, 2008).

Assim como elucida a constituição de 88 em seu artigo 194, versando sobre a seguridade social.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Entretanto, essa conquista não foi dada da noite para o dia, foi uma conquista através de muita luta e anseio por direitos reais e não apenas ideias vazias, pois foi na década de 80 em seu período de redemocratização em que a sociedade lutou e conseguiu superar o período da ditadura militar e além da derrocada da ditadura a constituição restabeleceu e veio a estabelecer diversos direitos.

Porém, antes do (BPC) veio a existir o Renda Mensal Vitalícia (RMV) em 1974, regulamentado pela Lei 6.179, diferente do (LOAS) o (RMV) era ofertado a pessoas que comprovassem a incapacidade para o labor e idosos que tivessem 70 (setenta) anos ou mais, porém a remuneração era referente a 60% do salário mínimo da época. Porém do assistencialismo do (BPC) o (RMV) era de caráter contributivo, ou seja, era necessário estar filiado ao regime da previdência ou que tenha comprovado o trabalho. Desta forma a grande diferença entre ambos é que no (BPC) a renda mensal é um salário mínimo, não sendo necessário estar contribuindo junto a previdência. (STOPA, 2019.)

O benefício de prestação continuada (BPC) veio a ser assegurado pela constituição, mas somente pela Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Tal lei foi regulamentada e aplicada de uma forma satisfatória. Lei essa nomeada de Lei orgânica da assistência social (LOAS). Benefício este no qual a contribuição não é necessária, pois a ideia é uma assistência a quem não veio contribuir o suficiente para conseguir uma aposentadoria em caso de pessoas que atingiram a idade mínima necessária ou para aqueles que não possuem direito aos auxílios e busca o BPC a fim de comprovar a sua incapacidade laborativa. (BRASIL, 1993).

2.2 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

A organização e operacionalização são realizadas pelo INSS, o que vem a incluir a responsabilidade de reconhecer o direito e, por fim, confirmar a concessão, apesar de ser responsável pela operacionalização a gestão fica nas mãos do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), coordenação, regulação, financiamento, monitoramento e avaliação do Benefício. (BRASIL, 1993).

Ao CRAS e ao CREAS cabe, quando necessário, o acompanhamento dos beneficiários do BPC e de suas famílias, sempre visando a garantia dos direitos socioassistenciais. Isto é, buscam assegurar aos beneficiários e/ou requerentes do BPC e às famílias o acesso aos serviços da rede socioassistencial, bem como o acesso à outras políticas públicas, de acordo com suas necessidades.

2.3 O PENOSO CAMINHO PARA O ACESSO

Em muitos casos o requerente possui total incapacidade física ou mental e, por algum erro de análise, o benefício vem a ser indeferido, a vulnerabilidade dos requerentes vem a potencializar as barreiras produzidas devido à falta de informação e um maior acompanhamento de cada caso específico trazendo cada vez melhores resultados.

Foi através de avaliação social introduzida em 2009 que as entrevistas com assistentes sociais na previdência vieram a permitir uma maior aproximação do requerente com as instituições de apoio como o CRAS.

Com isso o objetivo é buscar a inclusão de grupos sociais vulneráveis ao enfrentamento da pobreza, e, de fato e, ao longo dos anos, vêm contribuindo para a redução da pobreza, servindo diretamente como uma política assistencial, ou seja o benefício assistencial não possuem o condão de manutenção de um padrão de vida financeira, mas sim de garantir o mínimo existencial a um ser humano.

A lei orgânica da assistência social traz expresso em seu artigo 20 o valor a ser recebido assim como a informação de que um dos requisitos é que aqueles que almejem o benefício comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover

a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Analisando minuciosamente, foi possível ter uma visão geral de todos os requisitos necessário para a concessão tais como os que se segue na tabela a seguir apresentando um resumo:

Hipótese de incidência	Diploma legal: art. 203, inciso V, da Constituição Federal; Lei Orgânica da Assistência Social 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e alterada pela Lei 12.435, de 6 de julho de 2011; Decreto 6.214/2007, art. 34; Lei 10.741/2003 – Estatuto do Idoso, arts. 42, § 4º; arts. 409 e 762 da IN INSS/Pres 77/2015.
Carência	Não há carência.
Critério material	Idosos a partir de 65 anos de idade, a pessoa com deficiência, ambas com renda inferior a um quarto do salário mínimo ou meio salário mínimo se consideradas constitucionais as alterações da Lei 13.982/2020, que está sendo objeto de discussão da ADPF 662.
Critério temporal	Início: da data do requerimento. Cessação: morte do assistido, cessação da deficiência ou com a renda fora da legalidade do critério de miserabilidade.
Critério espacial	Território nacional.
Critério pessoal	Sujeito ativo: pessoas com mais de 65 anos de idade, pessoas com deficiência, ambos os atores sociais em estado de miserabilidade. Sujeito passivo: pago pela União, porém, tendo como responsável pela gestão do benefício a Autarquia do INSS.
Critério quantitativo	Um salário mínimo.

Analisado o quadro supramencionado o benefício é dividido em diversos critérios, sendo eles critério temporal, quantitativo, pessoal e espacial. (ALVES, 2021)

2.4 CRITÉRIO TEMPORAL

2.4.1 Data de início do benefício

A data de início do Loas, conforme prevê a Lei 8.742/1993, será aquela do requerimento administrativo. (ALVES, 2021)

A data de início do benefício é a data do requerimento administrativo. Nos casos em que o benefício é requerido pela via judicial, o STJ entende que, na ausência de requerimento administrativo, o termo inicial do benefício deve ser fixado na data da citação do INSS, dado ser este o momento em que a autarquia previdenciária toma efetivo conhecimento da pretensão da parte autora. (GOES, 2020).

2.4.2 Da manutenção do Loas

Uma vez concedido o Loas, será revisado pelo menos a cada dois anos, conforme art. 21, caput, da Lei 8.742/1993.

Nessa revisão, será examinado se as condições de concessão ainda persistem, podendo ser cessado a qualquer momento, desde que não mais atendidas as condições legais previstas. (ALVES, 2021)

São requisitos para a concessão, a manutenção e a revisão do benefício as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico (LOAS, art. 20, § 12).

O requerimento, a concessão e a revisão do benefício ficam condicionados à autorização do requerente para acesso aos seus dados bancários, nos termos do disposto no inciso V do § 3º do art. 1º da Lei Complementar 105/2001. (GOES, 2020).

2.4.3 Da cessação

Esse benefício de prestação continuada será cessado com a morte do assistido, bem como quando cessada a deficiência ou com a renda fora da legalidade do critério de miserabilidade. (ALVES, 2021)

Há, entretanto projetos de Lei para aqueles cuidadores dos beneficiários do BPC venha a receber a pensão por morte devido a abdicação de sua vida profissional o que vem a impedir que o mesmo possa vir a se aposentar.

De acordo com o art. 47 do Decreto 6.214/2007, o Benefício de Prestação Continuada será suspenso nas seguintes hipóteses: (GOES, 2020).

2.5 CRITÉRIOS QUANTITATIVOS

O Loas terá como renda mensal um salário mínimo e não gerará gratificação natalina, ou seja, o décimo terceiro, nem instituirá pensão por morte, tendo índole personalíssima.

Assim, cumpre salientar que o art. 20, § 4º, da Lei 8.742/1993, traz que esse benefício não pode ser cumulado com nenhum outro da seguridade social, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória. (ALVES, 2021)

2.6 CRITÉRIO PESSOAL

Sujeito ativo: pessoas com mais de 65 anos de idade, pessoas com deficiência, ambos os atores sociais em estado de miserabilidade.

Sujeito passivo: pago pela União, porém, tendo como responsável pela gestão do benefício a Autarquia do INSS.

Ainda que um benefício assistencial, portanto, é gerido, executado e mantido pelo INSS, por questão de conveniência administrativa, competindo à União arcar com seu pagamento, sendo repassado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social diretamente ao INSS, conforme previsto no art. 29, parágrafo único, da Lei 8.742/1993. (ALVES, 2021).

2.7 CRITÉRIOS ESPACIAIS

O Loas é cabível somente no Brasil, aliás a Lei Orgânica da Assistência Social é omissa quanto à concessão da prestação assistencial a estrangeiros, porém no dia 20 de abril de 2017, pelo RE 587.970, fixou-se a seguinte tese, onde os estrangeiros residentes no país são beneficiários da assistência social prevista no art. 203, inciso V, da Constituição Federal, uma vez atendidos os requisitos constitucionais e legais. (ALVES, 2021)

2.8 DOCUMENTOS PARA REQUERER ESSA ESPÉCIE DE BENEFÍCIO

Para que o benefício venha a ser deferido, é necessário cumprir alguns requisitos básicos onde através dele é possível ação um simples norte a ser seguido, apresentada a documentação a análise se dará de forma mais profunda e minuciosa, sendo esta documentação apresentada na tabela a seguir:

Documentos pessoais	<ul style="list-style-type: none">- Documento de identificação e CPF do titular (ao requerente maior de 16 anos de idade poderá ser solicitado documento de identificação oficial com fotografia);- Formulários preenchidos e assinados, de acordo a situação do titular (veja a seguir a relação);- Termo de Tutela, no caso de menores de 18 anos filhos de pais falecidos ou desaparecidos ou que tenham sido destituídos do poder familiar;- Documento que comprove regime de semiliberdade, liberdade assistida ou outra medida em meio aberto, emitido pelo órgão competente de Segurança Pública estadual ou federal, no caso de adolescentes com deficiência em cumprimento de medida socioeducativa;- Documento de identificação e procuração no caso de representante legal do requerente.
Comprovação da deficiência	Exames médicos que comprovem a deficiência.
Renda mensal da família	Comprovante de rendimento da família.

A família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto (Lei 8.742/93, art. 20, § 1º).

A Pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Lei 8.742/93, art. 20, § 2º). (GOES, 2020).

Os impedimentos de longo prazo: aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 anos (Lei 8.742/93, art. 20, § 10); (GOES, 2020).

Família incapacitada de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa: aquela cujo cálculo da renda mensal per capita, que corresponde à soma da renda mensal bruta de todos os seus integrantes, dividida pelo número total de membros que compõem o grupo familiar, seja inferior a um quarto do salário mínimo (Lei 8.742/93, art. 20, § 3º). Mas, para concessão do BPC/LOAS, poderão ser utilizados outros elementos probatórios da condição de miserabilidade do grupo familiar e da situação de vulnerabilidade, conforme regulamento (Lei 8.742/93, art. 20, § 11). (GOES, 2020).

2.9 BPC PARA OS DEFICIENTES

O que era apenas analisado como modelo de deficiência biométrico na lei, o que se entende que a elegibilidade era baseada apenas como uma incapacidade para que o deficiente tivesse qualquer dificuldade em possuir uma vida independente, com isso a incapacidade impediria o trabalho decorrente de anomalias ou lesões corpóreas.

Por isso desde 1988, as vastas definições de deficiência para concessão do benefício vieram a passar por diversas mudanças, mudanças estas bastante positivas ao longo dos anos, tendo como fim em 2007 que a exclusividade da análise biométrica. Porém foi apenas em 2009 onde o novo modelo foi implantado. (CAVALCANTI, 2009).

Através de movimentos sociais e organizações da sociedade civil que, baseado na Organização Mundial de Saúde (OMS) e na classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), a análise deixou de considerar puramente as estruturas do corpo e suas funções como deficiência e veio a analisar juntamente com o problema físico o contexto social no qual o mesmo está inserido. (CAVALCANTI, 2009).

Com isso, a interação entre o contexto social, ambiental e com toda a estrutura da uma sociedade onde este mesmo indevido está inserido.

Portanto a avaliação medica deixou de ser a única forma de analisar se o requerente se enquadra ou não para ter a concessão, vindo a incluir a avaliação social realizada por assistentes sociais do próprio INSS.

2.9.1 Perícia Médica

A análise do impedimento se dá através de uma avaliação do médico do próprio Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, onde se observa todo o histórico da doença apresentada pelo solicitante baseada na análise de todos os laudos, receitas e exames apresentados, assim como a própria análise e diagnóstico o qual o médico vem a dá. (BRASIL, 1993).

Através da observação, o médico vem a dar o diagnóstico se a doença se enquadra ou não e, para ficar mais claro, ele usa os seguintes requisitos onde versa se o impedimento é de longo prazo se é de natureza física ou mental, intelectual ou sensorial onde as diversas barreiras irá impedir ou não sua participação total na sociedade de forma que exista a igualdade de condições com as demais pessoas em acordo com o Art 20 § 2º da Lei nº 8.742, de 07/12/1993.

Art. 20. § 2º Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Com isso a lei entende como impedimento de longo prazo o mínimo de 2 anos para que o benefício se enquadre nos critérios. (BRASIL, 1993).

E normal que o médico do SUS que veio a dar o laudo não tenha conhecimento dos requisitos necessários que devam está presente no mesmo, como a CID e o tempo o qual o ficara impedido para ter uma vida independente. Sendo muitas vezes dado informações incompletas o que muitas vezes prejudica o requerente. O perito tem metas a ser batidas e

muitas vezes com as informações incompletas o próprio perito tem que fazer uma análise completa e desta forma havendo comprometimento de suas informações já que muitas vezes apenas o olhar não é suficiente para tirar conclusões favoráveis.

2.9.2 Avaliação Social.

Com o novo modelo adotado a partir de 2009, a avaliação para fins de concessão, deixou de ser adotada apenas a avaliação médica vinda a adotar juntamente a avaliação social realizada pelos assistentes sociais, estes também do próprio Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Sendo estes responsáveis por avaliar os fatores ambientais, como o ambiente social e físico

Uma das principais críticas referentes a avaliação é que a opinião da responsável pelo acompanhamento no CRAS não possui qualquer relevância quanto a o decorrer do processo o que muitas vezes se torna muito burocrático e pouco útil, tendo em vista que não existe um sistema que ligue as informações do INSS e do CRAS.

Esse complemento de informação advém através de um formulário, onde o assistente social venha a possuir qualquer dúvida o formulário do Sistema de Informações Sociais (SIS) é levado pelo próprio requerente ao CRAS para que a informação seja disponibilizada, tornando o lento e pouco útil. Já que a ligação entre ambos é limitada tendo em vista ser necessário o próprio requerente fazer essa ponte de informações, deve-se observar que as informações são solicitadas de acordo com o entendimento do próprio INSS se é necessário ou não. Porém o INSS tem prazos e metas a ser batidas o que torna essas solicitações um empecilho.

Os INSS, como qualquer instituição que se preze, é estabelecido por prazos e metas, os servidores destes são avaliados semestralmente de forma a manter celeridade e qualidade. Ocorre que a qualidade nem sempre é bem aplicada. Pois, como dito supra, a ligação de informações entre o INSS e o CRAS se dá em sua maioria por meios informais já que a necessidade de se dar o resultado é urgente, seja ele positivo ou negativo para o requerente pois as metas em sua maioria são mais importantes que o resultado final.

Com o resultado negativo o CRAS muitas vezes não possui conhecimento do mesmo e não consegue evitar o envio novamente o mesmo processo tendo em vista a análise feita que o mesmo seja inelegível, assim como evitar que uma injustiça prevaleça com o indeferimento totalmente incorreto e claro quanto o resultado enganoso.

3.1 TIPOS DE DEFICIÊNCIA

A deficiência ao qual o benefício se enquadra é bastante subjetiva onde o que vem a definir se o solicitante se enquadra ou não é o grau de incapacidade o qual este possui, segundo a legislação, têm direito de solicitar o benefício a pessoa de qualquer idade que apresenta impedimentos de longo prazo, sendo no mínimo de 2 anos. Desta forma, a deficiência deve impedir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (GOES, 2020).

Com isso, observa-se que não existe lista que venha a conter todas as deficiências, seja ela física, mental, intelectual ou sensorial. Por isso, é necessário a realização de perícia médica onde através dos laudos apresentados durante todo o seu acompanhamento medico o perito responsável pode vir a dar o parecer favorável quanto ao grau de incapacidade do requerente

Deve-se destacar que, na lei, não foram estabelecidas doenças específicas, mas é importante saber que se você possui uma doença grave e a mesma venha a evoluir para uma deficiência com sequelas irreversíveis, é possível fazer o pedido do benefício, tendo como exemplo um câncer ou paralisia de membros que evolua para uma deficiência física. Pois, o que deve sempre ser levado em conta é o grau e não a doença especificamente.

Ocorre que o Conselho Nacional de Assistência Social, por meio da Resolução CNAS 10, de 14 de julho de 2016, recomenda que o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário considere a situação das famílias com crianças vítimas de infecção congênita por Zika Vírus e/ou microcefalia no processo de regulamentação da Lei 13.301/2016, flexibilizando o atual critério de renda per capita adotado na concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) – renda menor que um quarto do salário mínimo per capita – passando o mesmo a ser de, pelo menos, 1 (um) salário mínimo per capita.(GOES, 2020).

Portanto, apesar de não existir uma lista especifica, algumas deficiências tem sim sua porta de entrada para concessão bastante facilitada, tendo em vista o seu grau de gravidade o que em sua maioria a própria doença já lhe impede a socialização profissional de forma plena dificultando sua total busca pela independência.

Tendo como alguns exemplos apresentados a seguir:

DOENÇAS
TUBERCULOSE ATIVA
HANSENÍASE

PARALISIA IRREVERSÍVEL E INCAPACITANTE
ESTADO AVANÇADO DA DOENÇA DE PAGET (OSTEÍTE DEFORMANTE)
NEOPLASIA MALIGNA
CEGUEIRA
MICROCEFALIA

FONTE: ALVARENGA. 2021

Deve-se levar em conta que não é a doença específica que leva a concessão e sim o grau, as doenças apresentadas anteriormente são doenças que possuem um grau elevadíssimo e a dependência de terceiros para o desempenho de atividades básicas da vida diária. (GOES, 2020).

3.2 BPC E SEU ALCANCE

O BPC é um benefício da assistência social que possui mais de dez anos de implantação, observado o seu longo período ativo, ele veio a se tornar o maior programa de transferência direta de renda, em volume de recursos envolvidos do país, Ele é fica atrás apenas do Programa Bolsa-Família (PBF), em número de pessoas atendidas, pois em dezembro de 2007 o BPC atendia mais de 2,5 milhões de pessoas, enquanto o Bolsa-Família atendia mais de 11 milhões de famílias.(Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome)

O BPC é um direito social amparado na constituição em seu artigo 203 e começou a ser implementado em janeiro de 1996. A partir da implantação a ideia era que esse benefício viesse a dar amparo as pessoas que necessitasse de forma imediata devido os seus problemas financeiros e de saúde.

Desta forma, a eficácia no combate à pobreza e à desigualdade socioeconômica depende da compreensão da pobreza não somente como baixo nível de renda, mas como privação de capacidades básicas.

As políticas públicas são mecanismos para responder às demandas sociais, amparados em princípios éticos e de justiça social, e têm, nesse sentido, função fundamental para beneficiar os indivíduos que têm o potencial reduzido para transformar suas capacidades em funcionalidades.(SEN,2001)

O BPC chegou a atingir uma esmagadora parte da população sendo que em boa parte da população carente financeiramente e com deficiência ainda necessita de uma atenção

maior, devendo rever os conceitos quanto às deficiências onde nem sempre o grau é necessário ser avaliado, pois somente o fato de uma doença específica ser diagnosticada esta em sua totalidade retirada qualquer chance de inserção no mercado de trabalho, levando como exemplo o autismo onde em sua maioria não consegue ingressar no mercado de trabalho.

3.3 ENTENDIMENTOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Analisado através de pesquisas e análises de diversos materiais, foi observado que algumas das possíveis mudanças para uma melhor visão já é adotada pelo judicial através de entendimentos de tribunais superiores, decisão essa não podendo ser aplicado pelo INSS tendo em vista o mesmo só poder aplicar aquilo que está previsto em lei respeitando o princípio Legalidade.

A decisão refere-se a critério de renda onde o entendimento passou a entender que o valor de $\frac{1}{4}$ do salário é um valor defasado e que esse valor é um valor muito baixo para se enquadrar como abaixo da linha da pobreza.

Esse entendimento começou a analisar que o ideal seria $\frac{1}{2}$ do salario devido alto custo de vida atualmente o valor de $\frac{1}{2}$ já pode ser considerado um valor difícil de manter tendo diversos problemas de saúdes.

No STJ há várias decisões entendendo que essa delimitação do valor da renda familiar per capita em um quarto do salário mínimo não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. (GOES, 2020).

Observa-se o julgado a seguir:

Processual Civil e Previdenciário. Agravo regimental no recurso especial benefício assistencial. Recurso especial repetitivo 1.112.557/MG. Possibilidade de demonstração da condição de miserabilidade do beneficiário por outros meios de prova, quando a renda per capita do núcleo familiar for superior a 1/4 do salário mínimo. Exclusão de benefício de valor mínimo percebido por maior de 65 anos. Art. 34, parágrafo único, Lei nº 10.741/2003. Aplicação por analogia. Jurisprudência firmada. Pet 7.203/PE. Agravo regimental a que se nega provimento.

Entendimento esse também firmado pelas turmas uniformização jurisprudencial:

A jurisprudência desta Corte tem entendimento no sentido de que a hipossuficiência sócio-econômica para fins de obtenção de benefício assistencial

pode ser aferida por outros meios além do limite de 1/4 de salário mínimo por membro da família. Precedente restabelecer a sentença de procedência. (tnu - pedilef: 05061695320104058201 relatoreres: juiz federal boaventura joão andrade, Data de Julgamento: 08/10/2014, Data de Publicação: 24/10/2014)

O Conselho Nacional de Assistência Social, por meio da Resolução CNAS 10, de 14 de julho de 2016, recomenda que o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário considere a situação das famílias com crianças vítimas de infecção congênita por zika vírus e/ou microcefalia no processo de regulamentação da Lei 13.301/2016, flexibilizando o atual critério de renda per capita adotado na concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) – renda menor que um quarto do salário mínimo per capita – passando o mesmo a ser de, pelo menos, 1 (um) salário mínimo per capita.(GOES, 2020).

A renda familiar mensal deverá ser declarada pelo requerente ou seu representante legal (Lei 8.742/93, art. 20, § 8º). As informações para o cálculo da renda familiar mensal per capita serão declaradas no momento da inscrição da família do requerente no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, ficando o declarante sujeito às penas previstas em lei no caso de omissão de informação ou de declaração falsa (Decreto 6.214/2007, art. 13). Por ocasião do requerimento do benefício, o requerente ratificará as informações declaradas no CadÚnico, ficando sujeito às penas previstas em lei no caso de omissão de informação ou de declaração falsa. Na análise do requerimento do benefício, o INSS confrontará as informações do CadÚnico, referentes à renda, com outros cadastros ou bases de dados de órgãos da Administração Pública disponíveis, prevalecendo as informações que indiquem maior renda se comparadas àquelas declaradas no CadÚnico.(GOES, 2020).

Observa-se que o valor do benefício poderá ser pago a mais de um membro da mesma família enquanto atendidos os requisitos exigidos pela Lei 8.742/93 (LOAS, art. 20, § 15). O BPC ou o benefício previdenciário no valor de até 1 (um) salário mínimo concedido a idoso acima de 65 anos de idade ou pessoa com deficiência não será computado no cálculo da renda mensal bruta familiar, para fins de concessão do BPC a outro idoso ou pessoa com deficiência da mesma família (LOAS, art. 20, § 14). .(GOES, 2020).

Analisando o § 2º do art. 4º do Decreto 6.214/2007, para fins de cálculo da renda mensal per capita, não serão computados como renda mensal bruta familiar

Devido o momento pandêmico vivido pela Covid-19, onde de acordo com o art. 20-A do LOAS, que foi incluído pela Lei 13.982/2020, em razão do estado de calamidade pública

reconhecido pelo Decreto Legislativo 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), o critério de aferição da renda familiar mensal per capita poderá ser ampliado para até 1/2 salário mínimo. Essa ampliação ocorrerá na forma de escalas graduais, definidas em regulamento, de acordo com os seguintes fatores, combinados entre si ou isoladamente.

4 METODOLOGIA

A pesquisa se deu através de pesquisa bibliográfica por meio do método qualitativo de modo a ter uma maior explanação bastante profunda quanto a o assunto sempre trazendo toda a importância do tema em nossa sociedade e o quão importante ela se torna. Desta forma a natureza da pesquisa se deu por meio de pesquisa básica estratégica onde através de pesquisas em livros e artigos, se buscou uma maior análise de todas as bases jurídicas e históricas para um melhor conhecimento a cerca do assunto.

Em relação aos objetivos: se deu de forma exploratória, buscando explorar todos os possíveis problemas, de modo a fornecer informações para uma investigação mais precisa e completa. Abordando de modo qualitativo, buscando sempre ideias e pesquisas que veio a trazer efeitos positivos quanto ao tema pesquisado. Tentando embasar toda essa a pesquisa por meio de fontes bibliográficas, através dos melhores Doutrinadores, artigos e jurisprudências.

Toda a análise se deu por meio de fontes bibliográficas onde através de diversas análises foi possível chegar ao resultado desejado a fim de obter cada vez uma análise maior do conteúdo referente ao estudado, de forma a instigar cada vez mais uma visão da tamanha importância do benefício abordado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando toda a estrutura é possível analisar diversas falhas, começando pelas análises feitas pelo INSS onde as doenças em diversas ocasiões são deixadas de lado e focando no grau em que o requerente se encontra.

Observa-se que uma criança autista independente do grau em que ela esteja ela não vai conseguir ter uma vida economicamente independente cabendo uma nova reforma quanto à análise dos benefícios.

Devendo vir a ter uma análise mais taxativa, através de uma reforma na lei do LOAS vindo a taxar alguns doenças como garantidora do benefício onde posteriormente a ter uma análise se o requerente possui a doença e em seguida vir a fazer a avaliação social de forma a verificar se o requerente se enquadra ou não nos requisitos de renda.

Ficou cristalina a importância da atualização da Lei 8742, lei esta que regulamenta os serviços assistenciais ligados ao governo, passando por toda a parte estrutural até as diversas análise subjetivas aonde em muitas vezes o subjetivismo não vem a existir, tomando decisão muitas vezes sem uma análise mais profunda quanto à doença.

Observado todas as informações, ficou claro a importância de se estabelecer mecanismos de coordenação e cooperação institucionalizados com os setores da assistência social e saúde, tendo como ideia principal melhoras cada vez mais a implementação e atender todos aqueles necessitados diminuindo a barreira de acesso ao BPC.

Desta forma o alcance foi limitado a partir da imposição de critérios perversos, o BPC está entre duas políticas públicas de Seguridade Social que deveriam, em sua essência, articular-se, mas na realidade não é o que ocorre, e ainda há um jogo de empurra com os requerentes e beneficiários, entre a Previdência e a Assistência Social. Por acabar sendo operacionalizado pelo INSS, as dificuldades para o acesso ao BPC estão cada vez mais se ampliando.

Em 2021 o governo passou a fazer revisão dos benefícios ativos através de cruzamento contínuo de informações e reavaliação médica e social, quando for o caso. Além de dificultar os que almejam e necessitam a dificuldade em manter o benefício ativo tem ficado cada vez mais difícil.

Contíguo a isso outro ponto o qual já deveria ter sido adotado junto a Lei Orgânica de assistência social era o aumento da renda mínima adotada para a concessão do BPC, no contexto atual onde um simples gás de cozinha ultrapasse R\$100,00 e itens básicos como o arroz a R\$5,00 chega a ser surreal o que torna a renda de $\frac{1}{4}$ por pessoa extremamente defasada, ou seja, na visão atual da norma aqueles que se enquadram na renda base para ter direito são aqueles que estão vivendo de forma miserável.

Entendimento este considerado pelo Judiciário como defasado onde já passa a considerar uma renda de $\frac{1}{2}$ por pessoa para concessões por vias judiciais. Entretanto cabe ao poder legislativo obter o mesmo entendimento e vir a alterar a lei adaptando a nova realidade em que a sociedade vive atualmente.

Com decisões cada vez mais recorrentes os tribunais vêm definitivamente tomando de conta de diversos deferimentos do benefício do LOAS, tendo em vista, uma análise cada vez

mais detalhista e profunda, onde os juizados federais tem sido um alento para diversos necessitados que por algum acaso viesse a ser injustiçado.

Houve bastante luta para alcançar o que a sociedade possui hoje, direito este presente na Lei máxima, sendo está a constituição federal onde através da Lei orgânica de assistência social regulamentou a aplicação, porém há muito a se melhorar, muito a ser compreendido e justificado.

REFERÊNCIAS

<<http://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/56007/breve-historico-do-beneficio-de-prestao-continuada-e-as-recentes-alteraes-legislativas>> acesso em 31/05/2021

<<https://previdenciaria.com.br/blog/beneficio-assistencial/>> acesso em 02/06/2021

ALVES, Hélio Gustavo. Guia Prático dos Benefícios Previdenciários, 2nd Edition.

BOSCHETTI, Ivanete. (2006) Seguridade Social e trabalho: Paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil. Brasília: Letras Livres, EdUnB.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 12/09/2021.

CAVALCANTI, G. C (Org). Manual do Novo Modelo de Avaliação Social do Benefício de Prestação Continuada da Pessoa com Deficiência. Brasília: INSS, 2009.

CAVALCANTI, G. C. et al. Avaliação Social da Deficiência e do Grau de Incapacidade. In:

DE CASTRO, Alberto Pereira. LAZZARI, João Batista. Direito Previdenciário.

GOES, Hugo. Manual De Direito Previdenciário – 2020

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário GUIA DE POLITICAS E PROGRAMAS.
Brasília - DF Edição 2017

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS). Avaliação de pessoas com deficiência para acesso ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social: um novo instrumento baseado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Brasília, DF: MDS, 2007b

STOPA. Roberta. O direito constitucional ao Benefício de Prestação Continuada (BPC): o penoso caminho para o acesso

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000200231 acesso em 12/09/2021.